

A complexidade da morte e as atitudes humanas diante do morrer

The complexity of death and the human attitudes towards dying

La complejidad de la muerte y las actitudes humanas frente al morir

Recebido: 21/07/2022 | Revisado:21/07/2022 | Aceito:21/10/2022 | Publicado:24/12/2022

Arnin Rommel Pinheiro Braga

<https://orcid.org/0000-0001-7348-0840>
Faculdade Católica de Belém (FACBEL)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPA)
e-mail: arninbraga@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo principal refletir sobre a complexidade da morte e as atitudes que tal realidade gera na existência humana. Analisando as diversas representações, comportamentos e ações que o ser humano assumiu e assume diante dela, o intuito desta pesquisa é desvelar compreensões a respeito da existência humana e seus processos. Para levar a cabo tal objetivo, nos utilizaremos de um olhar interdisciplinar que perpassará autores das mais variadas áreas das Ciências Humanas, como filósofos, antropólogos, sociólogos, historiadores e psicólogos. Com isso, não esperamos esgotar o tema, mas o que buscamos é introduzir ao leitor nas diferentes discussões a respeito da morte, ressaltando – principalmente – a necessidade cada vez mais pungente de um maior entendimento dessa realidade para assim alcançarmos uma compreensão mais humana e humanizadora da própria existência.

Palavras chave: Morte; Finitude; Atitudes Humanas; Existência.

Abstract

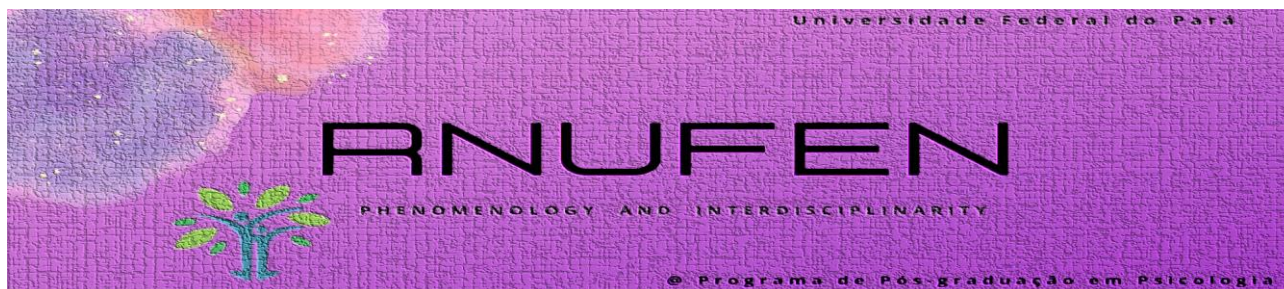
The main objective of this article is to reflect on the complexity of death and the attitudes that such reality generates in the human existence. By analyzing the different representations, behaviors, and actions that the human being assumed and still assumes before death, the purpose of this research is to reveal conceptions about human existence and its processes. To achieve this objective, we will use an interdisciplinary look that will seep through authors from the most varied areas of Human Sciences, such as philosophers, anthropologists, sociologists, historians and psychologists. Thus, we do not wish to exhaust the theme, but instead our aim is to introduce the reader to the different discussions about death, while highlighting, mainly, the increasingly poignant demand for a better understanding of this reality to achieve a more humane and humanizing comprehension of existence itself.

Keywords: Death; Finitude; Human Attitudes; Existence.

Resumen

El presente artículo tiene por objetivo principal reflexionar sobre la complejidad de la muerte y las actitudes que tal realidad genera en la existencia humana. Analizando las distintas representaciones, comportamientos y acciones que el ser humano ha asumido y asume frente a ella, el intuito de esta pesquisa es develar comprensiones a respecto de la existencia humana y sus procesos. Para llevar a cabo tal objetivo, partiremos de una mirada interdisciplinaria que llevará en cuenta autores de las más variadas áreas de las Ciencias Humanas, como filósofos, antropólogos, sociólogos, historiadores y psicólogos. Con ello, no esperamos agotar al tema, sino que buscaremos introducir al lector en las distintas discusiones con respecto a la muerte, poniendo de relieve – principalmente – la necesidad cada vez más pungente de un mayor entendimiento de esta realidad para que alcancemos, así, una comprensión más humana y humanizante de la propia existencia.

Palabras clave: Muerte; Finitud; Actitudes Humanas; Existencia.



Introdução: por que falar sobre a morte?

O fenômeno da morte, tanto o morrer quanto o pensar sobre a morte acompanha o ser humano desde seus primórdios. Diferente dos demais animais, ele é o único ser que tem consciência de sua finitude, de seus limites (KOVÁCS, 1992). A palavra portuguesa “finitude” tem sua origem na palavra grega *περας*, que significa “limite” ou “fronteira” (HEIDEGGER, 2017). Sendo assim, a finitude é a realidade que revela os limites da existência humana. E ao ser humano consciente de sua finitude, mesmo dotado de grande adaptabilidade, criatividade e poder de transformação da natureza sabe que adoece, envelhece, sofre e, principalmente, que morre. A morte se apresenta em sua existência como a faceta mais visível de sua finitude, que lhe revela o *limite* máximo de sua vida, a última *fronteira* de seu existir.

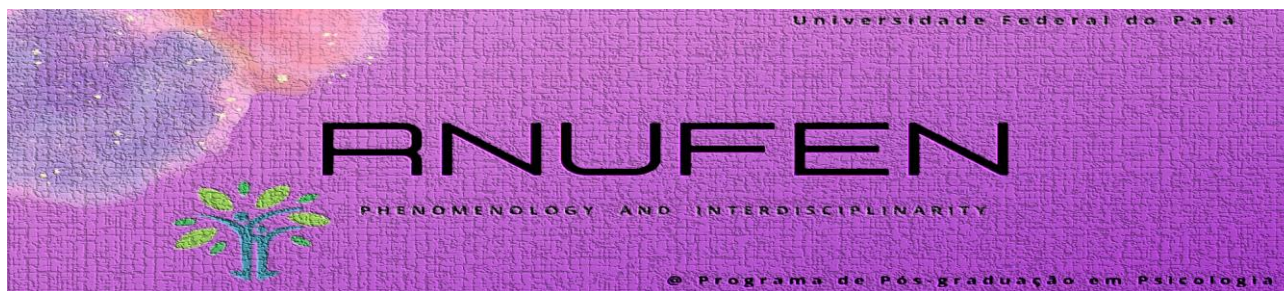
O fenômeno da morte também provoca uma série de questionamentos. No século V a.C o médico grego Hipócrates em sua obra *De morbis*, a define como um acontecimento devastador, imprevisível e inesperado; capaz de deixar o corpo enrugado e árido, com fisionomia irreconhecível; os olhos cavos, o nariz saliente e cercado de coloração escura, o rosto deprimido e o queixo franzido e endurecido (HIPOCRATES citado por ZIEGLER, 1977). Atualmente, a medicina atesta a morte a partir de quatro características: ausência total de reações aos estímulos externos e completa não-reação; falta de movimentos respiratórios; ausência de reflexos; e destruição cerebral irreversível (ZIEGLER, 1977).

Apesar das definições biológicas e médicas a respeito da morte, o que faz com que esse fenômeno seja uma realidade complexa na existência humana é o seu caráter de provocar nas pessoas diversos sentimentos, atitudes, comportamentos e percursos existenciais diante da vida.

Por esse motivo, a busca por compreender as atitudes humanas diante da morte também se revela como a tentativa de entender a própria existência humana em suas situações limites. Como aponta o sociólogo alemão Norbert Elias (2001), em sua obra *A Solidão dos Moribundos*: “A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos” (p.7). E também o filósofo francês Edgar Morin (1970) considera na obra *O Homem e a Morte*: “Só poderemos compreender a humanidade da morte ao compreender a especificidade do humano” (p.24).

Por isso, o objetivo deste ensaio é refletir acerca da finitude humana e a morte em sua complexidade, isto é, por meio das diversas representações, comportamentos e ações que o ser humano assume, com o intuito de desvelar compreensões a respeito da existência humana e seus processos.

Para levar a cabo tal objetivo, nos utilizaremos de um olhar interdisciplinar que perpassará autores das Ciências Humanas, como filósofos, antropólogos, sociólogos, historiadores e psicólogos. Com isso, não esperamos esgotar o tema, mas o que buscamos é introduzir ao leitor nas diferentes discussões a respeito dessa temática. Desse modo, no tópico seguinte nos deteremos em analisar, de maneira sucinta, aquelas que talvez sejam as atitudes mais comuns e visíveis do ser humano diante da realidade da morte: o medo e o horror.



O medo e o horror diante da morte

Ao deparar-se com a morte – seja a sua própria ou a do outro – o ser humano experimenta o medo. Tal sentimento é a atitude psicológica mais típica do ser humano diante da possibilidade do morrer (KASTENBAUN; AISENBERG, 1983). Mas o que há de tão assustador na morte que é capaz de gerar medo no ser humano?

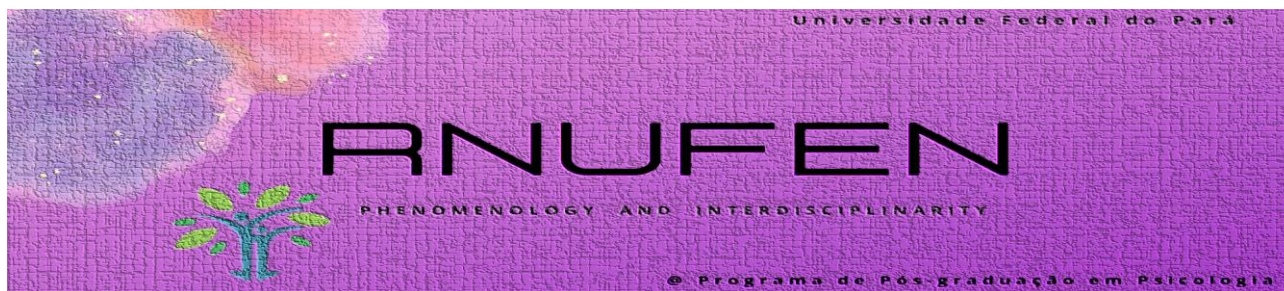
Segundo o filósofo Edgar Morin (1970), o medo e o horror sentidos pelo ser humano frente a morte provêm da constatação de que esta implica na *perda da individualidade* (p. 31). Em sua obra *O Homem e a Morte*, o autor analisou os rituais fúnebres realizados pelo ser humano desde a Pré-história, constatando que ao visualizar o cadáver de um ente querido, não é tanto o processo de decomposição ou “sinais de morte” (como o aspecto frio do cadáver, sua expressão facial mórbida e o enrijecimento de seu corpo) que o assustam, sim a constatação de que tudo aquilo que constituía a individualidade da pessoa morta desaparece (MORIN, 1970). Isso gera a dor da perda, o horror frente à morte e, principalmente, o medo de perder para sempre tanto a individualidade de outros entes queridos, quanto a nossa própria. Como afirma Morin (1970): “Quanto mais o homem descobre a perda da individualidade por detrás da realidade putrescente de uma carcaça, tanto mais fica ‘traumatizado’; e quanto mais ele é afectado pela morte, tanto mais descobre que ela é perda irreparável da individualidade” (p. 33).

Logo, para Morin (1970), o caráter assustador da morte repousa no conjunto de reações de dor, horror e medo que a constatação da perda da individualidade causa no ser humano. Conjunto de reações que denominou de *traumatismo da morte* (p. 33).

A próxima abordagem é do ponto: como o ser humano vivencia o medo de morrer; que tipos de medos a morte e a perda da individualidade gerada por ela provocam no ser humano? Responde-se as questões em diálogo com os psicólogos Robert Kastenbaum e Ruth Aisenberg, na obra *Psicologia da Morte*. Segundo eles (1983), o medo da morte sempre se dirige a dois pólos: a *minha morte* e a *morte dos outros* (p. 46). O ser humano teme tanto a morte daqueles que ama, quanto a sua própria morte. Considerando-se estas duas facetas, Kastenbaum e Aisenberg (1983) afirmam que a realidade da morte gera três tipos de medo: *do processo de morrer; medo do pós-vida*; e *da extinção ou do “deixar de ser”* (p. 46).

No que tange ao “medo do processo de morrer”, Kastenbaum e Aisenberg afirmam que se trata do temor ou ao sofrimento pessoal ou a agonia dos entes queridos durante o processo do morrer. Com relação ao polo da “minha morte”, teme-se não somente o sofrimento inerente que cada um experimenta quando se está à beira da morte, mas tem-se medo principalmente do estado de dependência dos demais que essa situação produz. Como apontam os dois autores (1983): “Talvez eu receia a dor física menos do que a possibilidade de que eu venha a mostrar-me ‘fraco’ ou a ‘desmanchar-me’ (isto é, violar o autoconceito engendrado em mim por uma cultura que prefere que pessoas angustiadas ‘conservem a calma’)” (p. 47). No pólo da “morte do outro”, teme-se o chamado *sofrimento vicário* (KASTENBAUN; AISENBERG, 1983), isto é, a aflição que se sente por ver a alguém muito querido sofrendo. O medo ao sofrimento alheio tem suas raízes no acontecimento de que a desintegração do outro nos provoca à reflexão e à constatação de nosso próprio futuro, de nossa própria morte. Os autores (1983) afirmam: “Esta participação vicária no declínio de meu amigo traz-me o antegosto de meu próprio futuro. Não posso impedir-me de sentir que essa desintegração também serve de meio através do qual eu recebo a notificação de meu próprio falecimento” (p. 47).

O “medo do pós-vida”, liga-se ao temor do castigo. Segundo Kastenbaum e Aisenberg (1983), no caso de pessoas religiosas o “castigo” se manifesta por meio de uma condenação divina após a morte, seja para si mesmo ou para as pessoas



amadas. Enquanto que no caso de pessoas que não alimentam nenhum tipo de crença em uma vida após a morte, o medo ao castigo se dá a partir de dois polos da “minha morte” e da “morte do outro”. No primeiro caso, o medo ao castigo se manifesta por meio do temor de que minha existência não tenha sido suficientemente aproveitada. Logo, a morte iminente que se aproxima traz a retaliação proveniente da constatação de que um tempo precioso foi perdido numa vida mesquinha, e já não há nada o que se possa fazer. No segundo caso, o medo ao castigo se manifesta no sentimento de culpa proveniente da convicção de que a existência do ente querido que faleceu não foi devidamente valorizada, além da constatação de que o relacionamento com tal pessoa se perdeu para sempre.

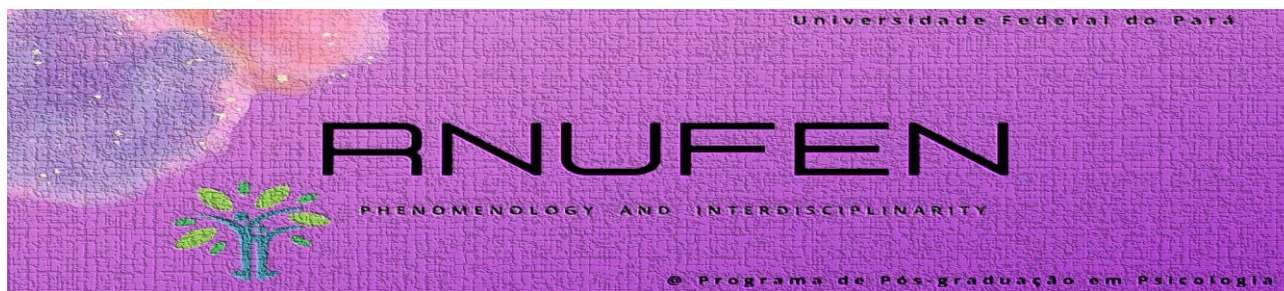
Para Kastenbaun e Aisenberg (1983), os dois primeiros tipos de medo citados até aqui são *medos a respeito da morte* (p. 46), isto é, o temor aos estados de sofrimento prolongado, fraqueza, dependência ou perda de controle que a morte pode gerar na pessoa. No terceiro tipo de medo diante do morrer, os autores apontam que estamos frente ao *medo da morte em si* (p. 46), ou seja, da possibilidade de deixar de existir, da aniquilação total, etc. Com relação a “minha morte”, este tipo de temor gera a atitude de apreensão e reflexão sobre nossa própria extinção. Vale ressaltar que os dois autores ressaltam a dificuldade que existe em nós para pensar, sentir ou falar de uma não-existência pessoal ou de um estado de nadificação. Então como a pessoa vivencia o “medo da extinção ou do deixar de ser”? Segundo eles (1983), tal temor é vivenciado como medo do abandono, de ser esquecido por completo após a morte. Com relação a “morte do outro”, o “medo da extinção” se manifesta como *vulnerabilidade* (p. 46). O outro que um dia foi especial deixou de existir, agora o que resta são as experiências de dependência, ansiedade, luto e nostalgia, vivenciadas como realidades que nos tornam vulneráveis, debilitados e tristes.

Sobre as atitudes infantis diante do morrer, o antropólogo norte-americano Ernest Becker, em sua obra *A Negação da Morte*, asseverou que não nascemos com o medo da morte. A ideia vai se formando a partir da infância, mais precisamente entre os 3 a 5 anos de idade (BECKER, 2013). Em um primeiro momento da vida humana, a morte mostra-se como algo muito abstrato. Justamente pelo fato de as crianças viverem em um mundo que se apresenta como algo vivo e dinâmico, cheio de descobertas e novidades, a ideia de morte como o fim da existência é algo incompreensível às mesmas.

Segundo Becker (2013), é somente quando a criança começa a experimentar pela primeira vez a solidão, a distância dos pais, a frustração por se ver privada de seus agrados e a insegurança, que ela começará a ter uma primeira compreensão a respeito da morte. Em outras palavras, a morte se mostra à criança primeiramente como *abandono* (p. 33).

No entanto, esta primeira experiência infantil da morte está diretamente imbricada com a relação com os pais. Segundo Becker (2013), crianças que tiveram boas experiências no contato com os pais desenvolverão um sentimento básico de segurança que lhe dará apoio e suporte no futuro, principalmente quando as mesmas começarem a tomar consciência do “traumatismo da morte” e sua irreversibilidade. Enquanto crianças que tiveram suas necessidades vitais cerceadas ou reprimidas pelos pais, possivelmente, desenvolverão no futuro uma atitude mais mórbida e pessimista diante do morrer. Independente do caso, o autor (2013) revela que o medo da morte não é uma atitude inata às crianças, mas faz parte integrante de seu processo de desenvolvimento.

Na fase adulta, afirmará Becker (2013), que o medo da morte se mostra como uma realidade paradoxal: ao mesmo tempo que o ser humano é consciente da morte, e a teme como uma forma de autopreservação; ele também vive seu cotidiano como se fosse imortal e como se a mesma não existisse ou não lhe afetasse,



E assim podemos compreender o que parece ser um estranhíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que o temor da morte está sempre presente no funcionamento psicológico normal do nosso instinto de autopreservação, também é total o nosso *esquecimento* desse temor em nossa vida consciente. (p. 37)

A atitude paradoxal do adulto, Becker (2013) chamou de *individualidade dentro da finitude* (p.48). Ou seja, a realidade da morte e o medo que esta gera no ser humano fazem com que o mesmo possua uma consciência paradoxal de sua própria individualidade: ao mesmo tempo que ele se sente criador, infinito, potente e poderoso; também é consciente de sua finitude, de sua limitação, fraqueza e morte. Como afirma Becker (2013): “O homem está literalmente dividido em dois: tem consciência de sua esplêndida e ímpar situação de destaque na natureza, dotado de uma dominadora majestade, e, no entanto, retorna ao interior da terra, [...] para cega e mudamente apodrecer e desaparecer para sempre” (pp. 48-49).

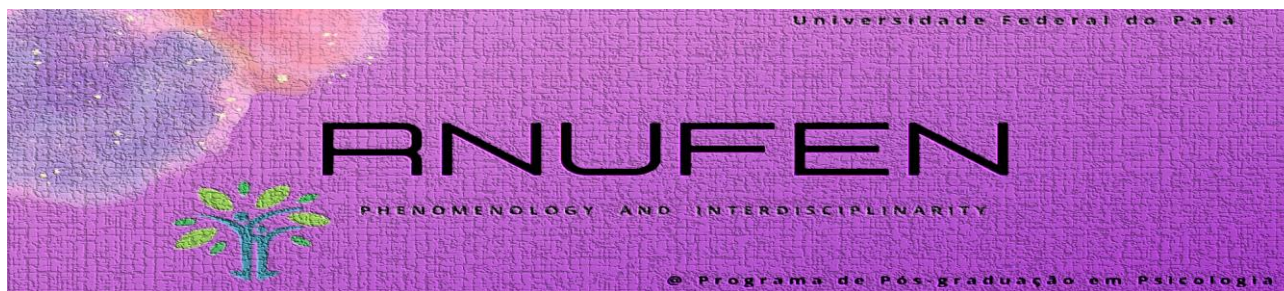
Desse modo, a partir do que foi revelado pelos autores apresentados até aqui, pode-se notar que as atitudes de medo e de horror diante da morte revelam não somente o quanto tais sentimentos afetam a própria estrutura psicológica de autopreservação do humano, mas desvelam também algo interessante a respeito do processo de desenvolvimento da pessoa: as realidades da morte e da finitude, ao mesmo tempo que geram no ser humano medo e horror, também provocam nele todo o esforço (talvez o mais forte da existência) de compreendê-la, de encontrar nela um sentido. Como afirma a psicóloga Maria Júlia Kóvacs (1992), em sua obra *Morte e Desenvolvimento Humano*:

O medo da morte tem um lado vital, que nos protege, permite que continuemos nossas obras, nos salva de riscos destrutivos e autodestrutivos. Esse mesmo medo pode ser mortal, na medida em que se torna tão potente e restritivo que, simplesmente a pessoa deixa de viver para não morrer, mas, se observarmos mais atentamente teremos um morto diante de nós que se esqueceu de morrer. Todo ser humano é obrigado a se confrontar com esse dilema, como o viverá, porém, vai depender em parte de sua história de vida, das características de sua personalidade, mas também de seu esforço pessoal para enfrentar essas questões. Podemos concluir, portanto, que o ser humano é responsável pela sua vida e pela sua morte. (p. 26)

O fenômeno da morte é capaz de gerar no ser humano a pergunta pelo sentido de sua existência e de sua finitude. Mas que sentidos o ser humano deu à morte ao longo das etapas da história do Ocidente? E quais sentidos e atitudes o ser humano ocidental dá à morte atualmente? É o que veremos a seguir.

Os sentidos dados à morte na história do Ocidente: da Idade Média aos dias atuais

Atualmente, é um fato observável nas sociedades ocidentais uma certa atitude de repulsa diante da morte. As manifestações de medo e de horror diante do morrer humano são muitas vezes consideradas como intoleráveis. Enquanto a negação e a luta contra os limites humanos são vistos como *heroísmo* (BECKER, 2013). Em palavras de Becker (2013): “O heroísmo é, antes de qualquer coisa, um reflexo do terror da morte. O que mais admiramos é a coragem de enfrentar a morte; damos a esse valor a nossa mais alta e mais constante adoração” (p. 32). Sendo assim, tal “heroísmo” faz com que muitas vezes pensemos que a atitude atual de repulsa diante da morte é um comportamento que acompanhou o ser humano por todo o sempre,



como uma espécie de sentimento natural, ancestral e longínquo. Mas será que tal aversão a qualquer manifestação de medo e horror frente a morte, tão presente em nossa sociedade atual, é um sentimento antigo?

Foi esse questionamento que levou o historiador Phillipe Ariès a investigar sobre os sentidos que o ser humano deu a morte no Ocidente, mais precisamente da Idade Média aos dias atuais. Como aponta o próprio Ariès (2017):

Meu primeiro projeto era modesto e restrito. Vinha de um longo estudo sobre o sentimento de família, onde me dei conta de que este sentimento, que diziam muito antigo e mesmo ameaçado pela modernidade, era na realidade recente e ligado a uma etapa decisiva da mesma. Perguntei-me, então, se não seria conveniente generalizar [...] o hábito de atribuir origens longínquas a fenômenos coletivos e mentais na realidade de muitos novos – o que equivaleria a reconhecer nesta época de progresso científico a capacidade de criar mitos. Tive, então, a ideia de estudar os costumes funerários contemporâneos, para ver se sai história confirmava minha hipótese. (p. 17)

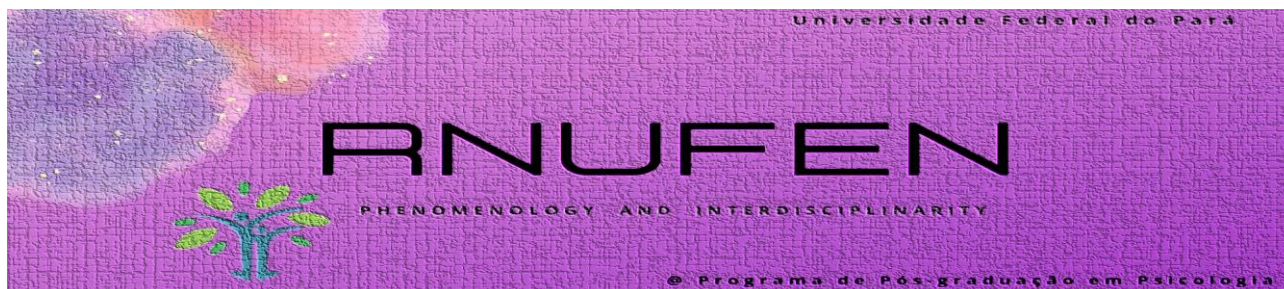
A partir desse objetivo, Ariès notou não somente os diferentes sentidos que o ser humano deu à morte ao longo da história do Ocidente, mas, principalmente, permitiu a compreensão de diversos sentidos que o homem deu à sua própria existência, por meio da forma como entendia e vivenciava o morrer. Daí a importância de analisarmos, ainda que forma sucinta, as importantes considerações desse autor, para compreendermos os diferentes sentidos dados pelo ser humano à sua própria existência, por meio do contato com o próprio morrer.

O historiador francês, por meio da investigação histórica de cemitérios, túmulos, testamentos e iconografias fúnebres, notou que a atitude de negação da morte e intolerância a qualquer manifestação de medo diante da mesma é uma realidade muito recente, e não um sentimento ancestral e longínquo como muitos acreditam. Em suas obras *A História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos tempos* e *O Homem diante da Morte*, Ariès (2017) revela que durante grande parte da Idade Média o ser humano ocidental viveu esse fenômeno da morte como uma *morte domada* (p. 29), ou seja, uma realidade que era encarada com resignação e vista como o destino coletivo da espécie humana:

A familiaridade com a morte era uma forma de aceitação da ordem da natureza, aceitação ao mesmo tempo ingênua da vida cotidiana e sábia nas especulações astrológicas. Com a morte, o homem se sujeitava a uma das grandes leis da espécie e não cogitava em evitá-la, nem em exaltá-la. Simplesmente a aceitava, apenas com a solenidade necessária para marcar a importância das grandes etapas que a vida devia sempre transpor. (pp. 47-48)

Sendo assim, o sujeito medieval vivenciava a morte de forma serena, como um destino que chegaria a todos e no qual não podemos lutar, mas apenas aceitar o fim derradeiro compartilhado por todos. Até mesmo os locais de sepultamentos eram “coletivos”: no interior das igrejas ou ao seu redor (ARIÈS, 2017). Inclusive as concepções de julgamento final e ressurreição dos mortos eram vistas de forma coletiva: os que morriam na fé ficavam aguardando o dia que todos os justos seriam julgados e ressuscitados de uma vez (ARIÈS, 2017).

Desse modo, o sentido de serenidade e resignação dado pelos medievais à morte provinha da crença e vivência de que a mesma, antes de se manifestar na vida de alguém, dava sinais de sua proximidade. Não se morria, como afirma Ariès



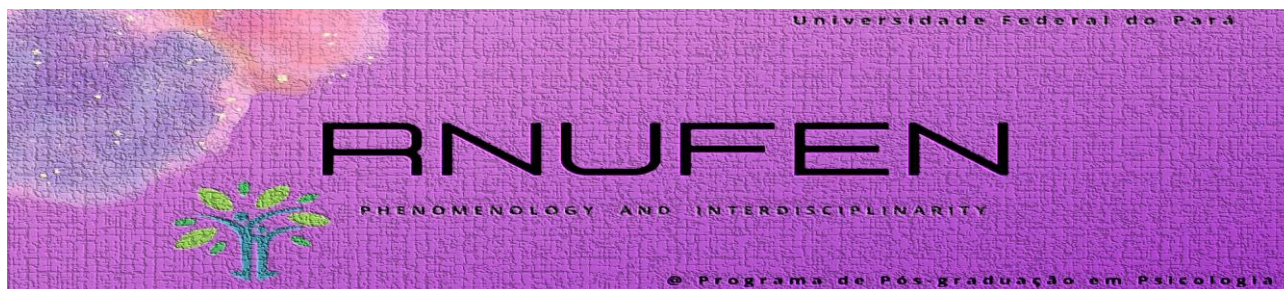
(2017), “[...] sem se ter tido tempo de saber que se vai morrer. Ou se trataria da morte terrível, como a peste ou a morte súbita, que deveria ser apresentada como excepcional, não sendo mencionada. Normalmente, portanto, o homem era advertido” (p. 29). Analisando romances de cavalaria medievais, histórias de santos e testamentos, o historiador (2017) notou que tal advertência se dava por signos naturais, como o cantar de uma ave de mau agouro, ou uma tempestade fora de época; ou por uma convicção íntima de que a derradeira hora da morte se aproximava ou simplesmente havia chegado. O moribundo então seguia um estrito ritual que, vivenciado de forma coletiva, preparava a todos para o momento da partida: primeiramente a pessoa a beira da morte fazia seu “lamento da vida”, ou seja, uma evocação triste onde se despedia dos seres e das coisas amadas. Em seguida, pedia perdão a Deus e aos companheiros por mágoas ou desavenças cometidas durante a vida, para, enfim, receber os sacramentos da extrema unção.

Segundo Ariès (2017), tais rituais fúnebres sempre contavam com a presença de muita gente, inclusive de crianças, que eram levadas justamente para contemplar o destino que todos um dia deveriam enfrentar. Sendo assim, o sentido dado à morte durante a Idade Média era muito distinto da vivência atual de repulsa da mesma. O “traumatismo da morte”, o horror diante da perda da individualidade e o medo de morrer estavam presentes, porém muito mitigados ou ressignificados diante do caráter comunitário dos rituais fúnebres e da vivência da morte como um fenômeno natural e uma passagem para a vida eterna. Como afirma Ariès (2017):

Assim se morreu durante séculos ou milênios. Em um mundo sujeito à mudança, a atitude tradicional diante da morte aparece como uma massa de inércia e continuidade. A antiga atitude segundo a qual a morte é ao mesmo tempo familiar e próxima, por um lado, e atenuada e indiferente, por outro, opõe-se acentuadamente à nossa, segundo a qual a morte amedronta a ponto de não mais ousarmos dizer seu nome. Por isso chamarei aqui esta morte familiar de *morte domada*. Não quero dizer com isso que anteriormente a morte tenha sido selvagem, e que deixado de sê-lo. Pelo contrário, quero dizer que hoje ela se tornou selvagem. (p. 38)

No entanto, por volta dos séculos XI e XII até o século XVII, os comportamentos do homem ocidental perante a morte passariam por uma gradual modificação, dando a mesma um caráter mais individual, fenômeno que Ariès (2017) chamou de *a morte de si mesmo* (p. 47). Segundo o autor, tanto no Renascimento quanto na Modernidade, a vivência da morte como algo que atinge a todos por igual começou a dar lugar a uma maior importância à existência pessoal e à experiência da “minha morte”. Assim, a morte continua sendo vivenciada como uma realidade que afeta a todos os seres humanos, mas agora uma nova sensibilidade vai surgindo: a ideia de que quem morre “sou eu” (ARIÈS, 2017). Isso gerou uma nova forma de relação com a morte que passou a se mostrar na contínua personalização das sepulturas, elaboração de epígrafes funerárias, testamentos que se ocupavam em descrever a vida do morto, etc. Até mesmo a ideia de ressurreição mudou: agora, antes do juízo final coletivo onde todos seriam julgados, havia o juízo privado da pessoa que morreu.

Sendo assim, durante os séculos XI e XVII ocorreu uma progressiva tomada de consciência de si mesmo por parte do ser humano ocidental. Como aponta o historiador (2017): “A morte tornou-se o lugar em que o homem melhor tomou consciência de si mesmo” (p. 59). Curiosamente, por trás das representações artísticas mórbidas como caveiras, corpos em decomposição, danças macabras no cemitério e representações da morte, estava um profundo apego à vida e à própria



individualidade. Conforme Ariès (2017) a morte não era vivenciada pelo ser humano do final da Idade Média e do Renascimento como um fracasso, mas como aquilo que lhe deveria despertar para a vida:

No espelho de sua própria morte, cada homem redescobria o segredo de sua individualidade. [...] O homem das sociedades tradicionais, que era não só o da primeira fase da Idade Média mas também o de todas as culturas populares e orais, resignava-se sem grandes dificuldades à ideia de sermos todos mortais. Desde meados da Idade Média, o homem rico, poderoso ou letrado reconhece a si próprio em sua morte – descobriu a morte de si mesmo. (p. 63)

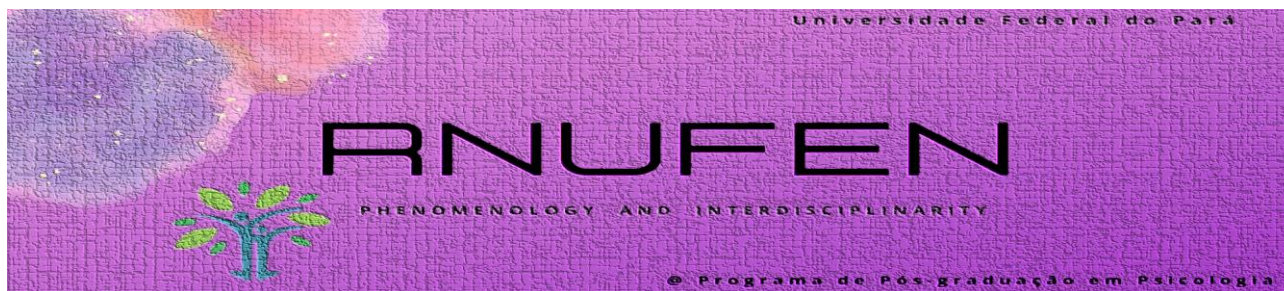
Tal atitude ocidental diante da morte passará por uma mudança radical a partir dos séculos XVIII e XIX, ocorrendo assim uma ruptura: ela deixa de ser a tomada da consciência de si mesmo – da “minha morte” – e passa a ser consciência da *morte do outro* (ARIÈS, 2017). Desse modo, o ser humano ocidental do século XVIII e, principalmente, do século XIX, romantiza a morte, exaltando-a e dramatizando-a. Não poucas vezes, na literatura e nas manifestações artísticas do período romântico, a morte é apresentada com caráter erótico, ou seja, é desejada, esperada. Segundo Ariès (2017), tal desejo erótico pela morte se dava porque a mesma já não era mais vivenciada como algo natural que atinge a todos, mas como *ruptura* com a vida; e não qualquer vida, mas sim aquela monótona, tediosa e rotineira à qual o Ocidente industrializado estava começando a ser submetido:

Como o ato sexual, a morte é, a partir de então, cada vez mais acentuadamente considerada como uma transgressão que arrebatava o homem de sua vida cotidiana, de sua sociedade racional, de seu trabalho monótono, para submetê-lo a um paroxismo e lançá-lo, então, em mundo irracional, violento e cruel. Como o ato sexual [...] a morte é uma ruptura. Ora, reparemos bem, essa ideia de ruptura é completamente nova. (p. 65)

Nesse contexto, pode-se pensar que o desejo erótico pela morte manifestado principalmente no século XIX é um indício de uma maior aceitação da mesma. No entanto, Ariès (2017) aponta que na verdade tais manifestações românticas denotam uma maior dificuldade de aceitação do fim, do medo e horror que este gera.

Sendo assim, essa nova atitude de ruptura surgida durante os séculos XVIII e XIX dará combustível para que, no século XX, inicie-se o processo, cada vez mais presente nas sociedades ocidentais e industriais: a negação da morte e repulsa completa de qualquer manifestação de medo ou de horror diante da mesma. Para Ariès (2017): “A morte, tão presente no passado, de tão familiar, vai se apagar e desaparecer. Torna-se vergonhosa e objeto de interdição” (p. 82). O fenômeno da morte passa a ser vivenciado atualmente como uma realidade *interdita* (p. 82), isto é, proibida, que não pode ser mencionada por causar desconforto.

Mas que contexto gerou no Ocidente esta atitude de negação e interdição da morte? Em sua obra *O Homem diante da Morte*, publicada em 1977, Ariès (2014) afirma que tal ruptura teve como ponto-chave o avanço do processo de industrialização nos países ocidentais. O surgimento da nova sociedade industrial, com o valor burguês e positivista de que a ciência venceria todos os desafios postos pela natureza ao ser humano criou no Ocidente a crença de que a técnica venceria até mesmo a morte: “o nosso modelo atual da morte nasceu, pois, e se desenvolveu ali onde se sucediam duas crenças: primeiro, a



crença em uma natureza que parecia eliminar a morte; em seguida, a crença numa técnica que substituiria a natureza e eliminaria a morte com mais segurança” (p. 803). Um novo ideal de “industrialismo feliz” (p. 602) surgia e, com ele, a meta de produzir uma vida cada vez mais próspera e prazerosa por meio dos avanços tecnológicos. Logo, caberia à técnica também a missão de extirpar dessa nova sociedade qualquer resquício de dor e sofrimento, principalmente aqueles gerados pela morte.

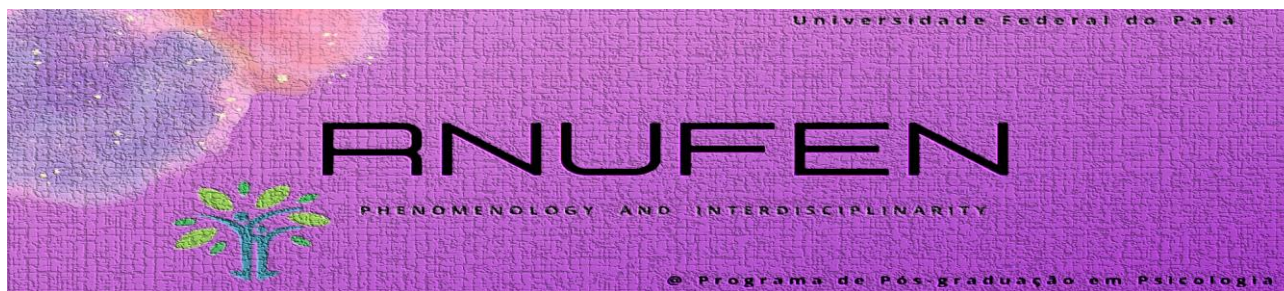
Inicia-se assim o processo de interdição da morte presente na atualidade, que gera um novo sentido e uma nova atitude humana diante do fim: a *morte invertida* (ARIÈS, 2017); portanto, busca-se extirpar qualquer sinal da morte nas sociedades ocidentais, seja a “minha morte” – ocultando do moribundo todos os sinais de sua morte por meio da higienização e medicalização nos hospitais; ou a “morte do outro” – por meio da proibição de qualquer manifestação prolongada de luto pela perda de alguém.

A interdição da “minha morte” e da “morte do outro”: o processo de medicalização da morte e a negação do luto

Se durante séculos a pessoa à beira da morte era a protagonista do processo fúnebre (sentindo os “signos” e “alertas” da proximidade da morte, preparando o momento por meio de testamentos, etc); a partir do século XX o moribundo passa a ser cada vez mais poupado de sua própria morte, isto é, não o informam de seu verdadeiro estado terminal. Ocorrerá uma interdição das manifestações públicas da morte: não se morre mais nos quartos das residências, mas a morte agora ocorre em um lugar solitário: os hospitais. Todas as manifestações de dor, agonia e sofrimento característicos do processo do morrer, agora devem ser escondidas da sociedade. E esse ocultamento se dá dentro das paredes dos hospitais, onde se controlam os horários de visita e se velam os sinais de morte (KOVÁCS, 2021). Como aponta Ariès (2014) “O hospital se torna, daí em diante, o único local onde a morte pode certamente escapar a uma publicidade, considerada uma inconveniência mórbida. Eis porque o hospital se torna o local da morte solitária [...]” (p. 770).

Esse deslocamento da morte do quarto do moribundo para os quartos dos hospitais se dá não somente pela preocupação de poupar o paciente dos sofrimentos e agonias recorrentes de sua própria morte, mas principalmente, do desejo de esconder da sociedade em geral esta realidade. Em uma coletividade que acredita que a tecnologia não somente prolonga a vida, mas a livra de todos os males, a morte deixa de ser vista como algo natural e passa a ser considerada um fracasso. Sua simples presença e seus desconcertantes sinais colocam em risco todo o ideal de uma vida feliz por meio do avanço técnico. Por isso, a mesma deve ser extirpada. Como aponta Ariès (2017):

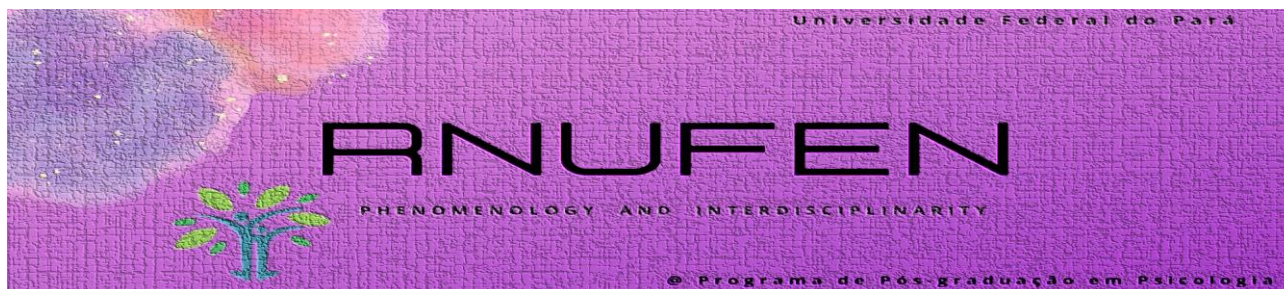
A primeira motivação da mentira foi o desejo de poupar o enfermo de assumir sua provação. Porém, bem cedo esse sentimento, cuja origem conhecemos (a intolerância com a morte do outro e a nova confiança do moribundo nos que o cercam), foi superado por um sentimento diferente, característico da modernidade: evitar não mais ao moribundo, mas à sociedade, mesmo aos que o cercam, a perturbação e a emoção excessivamente fortes, insuportáveis, causadas pela fealdade da agonia e pela simples presença da morte em plena vida feliz, pois, a partir de então, admite-se que a vida é sempre feliz, ou deve sempre aparentá-lo. (p. 83)



Configura-se o fenômeno da *medicalização da morte* (ARIÈS, 2014). No processo medicalizado do morrer, o moribundo já não é mais o protagonista de seu fim, como em outras épocas. Mas agora surge um outro personagem responsável por decidir sobre a morte: o médico. Neste sentido, o sociólogo Jean Ziegler, em sua obra *Os Vivos e a Morte* (publicada em 1977), afirma que com o advento de uma sociedade burguesa, científica e técnica, a palavra de autoridade sobre o processo do morrer passou do próprio moribundo (aquele que vivencia a morte) para os médicos (aqueles que conhecem os processos científicos da morte). Estes, segundo Ziegler (1977), tornaram-se *tanatocratas* (p. 184), isto é, os “senhores da morte”, aqueles que possuem o discurso autorizado e que decidem não somente quando houve de fato a morte do paciente ou não, mas que também prescrevem todos os procedimentos que este deve ser submetido durante o processo do morrer. Conforme Ziegler (1977): “De agora em diante, o morto será expulso do drama que ele vive. Nunca mais [...] sua vontade será levada em conta. Importam apenas os parâmetros técnicos da conduta daqueles que têm autoridade para reger a morte do outro” (p.183). Desse modo, a pessoa é alienada do seu próprio processo de morrer. E a morte, que antes era uma realidade “domada”, conhecida, familiar, natural e que despertava o ser humano para a consciência de si mesmo e dos demais; por conseguinte, torna-se “selvagem” (ARIÈS, 2017), isto é, um evento estranho, assustador, desconhecido e, principalmente, solitário.

Esse processo de “medicalização da morte” gerado para ocultar da sociedade toda “sujeira” e “agonia” causadas pelo processo do morrer, não somente retirou do moribundo a consciência de sua própria morte (e por conseguinte, a consciência de si mesmo), como também o proibiu tacitamente de expressar qualquer manifestação de dor, agonia, revolta ou confusão em relação à mesma. Esse silenciamento ou interdição de “minha morte” também foram denunciados pelos sociólogos norte-americanos Barney Glaser e Anselm Strauss, citados por Ariès em suas obras, em que revelou como os dois sociólogos notaram a existência de um *acceptable style of facing death* (GLASSER; STRAUS citado por ARIÈS, 2017) ou “estilo aceitável de encarar a morte”, ou seja, uma espécie de norma implícita de como o paciente, os familiares e os médicos devem se posicionar diante da morte. Neste caso, a atitude estipulada para os médicos é a de proporcionar a “aceitação” da morte tanto por parte do moribundo quanto de seus familiares. E “aceitar” deve ser entendido como não sair de seu papel social, evitando manifestações ruidosas, emocionais e comoventes que possam perturbar a serenidade do hospital (ARIÈS, 2017). Os médicos devem fazer de tudo para que o paciente à beira da morte não manifeste de modo algum suas angústias, dores, emoções confusas e incertezas a respeito do que vive. Ao moribundo não lhe é permitido nenhuma *embarrassingly graceless dying* (GLASSER; STRAUS citados por ARIÈS, 2017), ou seja, atitudes diante da morte que deixam os sobreviventes embaraçados e confusos.

A equipe médica – os “tanatocratas” de Ziegler – deve então ocultar a qualquer custo do paciente seu estado terminal ou sua real situação. E caso tal paciente de algum modo descubra que seu fim está próximo, este deve se comportar de maneira discreta, “[...] de maneira que a equipe do hospital possa esquecer que ele sabe e que possa, então, comunicar-se com ele como se a morte não rondasse à volta dela” (ARIÈS, 2017, p. 223). Desse modo, concretiza-se a proibição e silenciamento das manifestações de dor e sofrimento da pessoa à beira da morte. Retirados seus direitos a opinar sobre sua situação; a saber que vai morrer; a escolher o lugar em que se quer morrer; e o de manifestar as angústias e dores de sua morte; ao paciente só lhe resta um doloroso processo de desumanização e estranhamento diante da morte: que o transforma – aos olhos de todos – em um ser fracassado e um mero objeto.

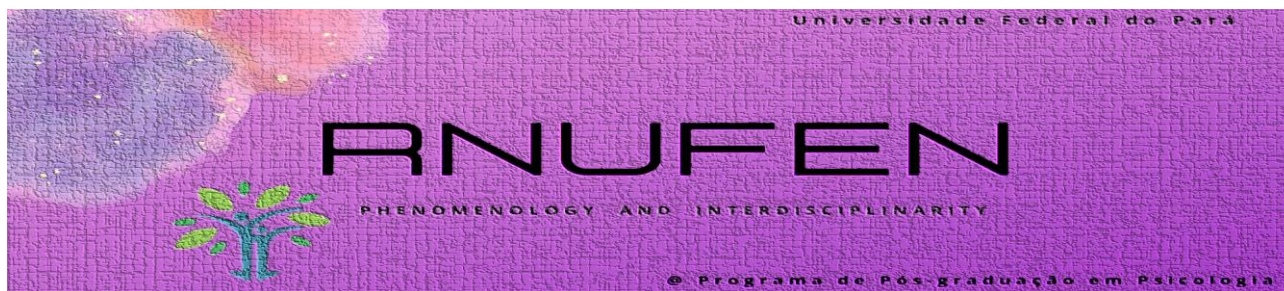


É o que nos revela a médica psiquiatra suíça, Elisabeth Kübler-Ross, em sua obra *Sobre a Morte e o Morrer*, publicada em 1969. A autora se propôs a entrevistar, atender, ouvir, dialogar e compreender pacientes terminais em diversos hospitais dos EUA. E a reunião e estudo de cada um desses casos lhe permitiu revolucionar a compreensão de como os pacientes terminais se comportam e se sentem diante do morrer humano. Seus estudos também nos esclareceram como o processo de “medicalização da morte”, e sua consequente interdição das manifestações de dor e angústia do moribundo, geram um processo de desumanização do morrer humano. Como podemos notar em seu relato (1981) a seguir:

Quando um paciente está gravemente enfermo, em geral é tratado como alguém sem direito a opinar. Quase sempre é outra pessoa quem decide sobre se, quando e onde um paciente deverá ser hospitalizado. Custaria tão pouco lembrar-se de que o doente também tem sentimentos, desejos, opiniões e, acima de tudo, o direito de ser ouvido. [...] Logo é cercado por enfermeiras pressurosas, assistentes hospitalares, internos, residentes, talvez até um técnico de laboratório para colher sangue, outro técnico para fazer um eletrocardiograma. Pode ser levado à sala de raio X, pode ouvir sem querer as opiniões sobre seu estado, as trocas de idéias ou as perguntas feitas aos familiares. Pouco a pouco, e inevitavelmente, começa a ser tratado como um objeto. Deixou de ser uma pessoa. Decisões são tomadas sem o seu parecer. Se tentar reagir, logo lhe dão um sedativo e, depois de horas de espera e conjecturas sobre suas forças, é conduzido para a sala cirúrgica ou para a unidade de terapia intensiva, transformando-se num objeto de grande preocupação e grande investimento financeiro. Pode clamar por repouso, paz e dignidade, mas recebe em troca infusões, transfusões, coração artificial ou uma traqueotomia, se necessário. Pode desejar que alguém pare por um instante para fazer só uma pergunta, mas o que vê é uma dúzia de pessoas olhando um relógio, todas muito preocupadas com as batidas de seu coração, com seu pulso, com o eletrocardiograma, com o funcionamento dos pulmões, com as secreções ou excreções, mas não com o ser humano que há nele. Pode querer lutar contra tudo, mas será uma luta em vão, pois tudo isto é feito na tentativa de que ele viva e, se salvarem sua vida, podem dispensar atenções à sua pessoa mais tarde. (p. 20)

Tal processo de desumanização do paciente muitas vezes passa despercebido pela equipe médica, mas é dolorosamente vivenciado pelo paciente terminal. No entanto, a realidade da “morte invertida” e da interdição de todos os sinais da mortalidade humana em nossa sociedade não afeta apenas o moribundo e a consciência de si mesmo através de sua morte, mas também silencia e oculta toda e qualquer manifestação de dor e de luto por parte de seus familiares e daqueles que acompanham o processo. A desumanização atual por meio da interdição da morte também mostra sua faceta a partir da negação e proibição do luto. É o que mostrou sociólogo inglês Geoffrey Gorer.

Em seu célebre artigo de 1955, intitulado *Pornografia da Morte*, Gorer notou que nas sociedades humanas, o termo “pornografia” sempre foi relacionado a práticas individuais que, se expostas para a sociedade, causam incômodo e vergonha. Desse modo, se no século XIX o que causava vergonha eram as práticas relacionadas ao sexo; no século XX, por sua vez, o novo conteúdo pornográfico da sociedade é a morte e a vivência do luto (GORER citado por ARIÈS, 2017). Até mesmo as crianças foram excluídas dos rituais fúnebres e do direito ao luto. Se durante muito tempo eram as questões relacionadas ao sexo e ao nascimento dos bebês que se ocultavam das crianças, com histórias sobre a “cegonha” ou sobre “repolhos”; agora – revela Gorer



– o que se esconde das crianças é a existência da morte. Elas não podem tomar parte diretamente dos ritos fúnebres, não podem ver o morto; e quando perguntam sobre o que aconteceu com a pessoa que morreu, diz-se a elas que tal pessoa fez uma “viagem” ou que “Deus a levou”.

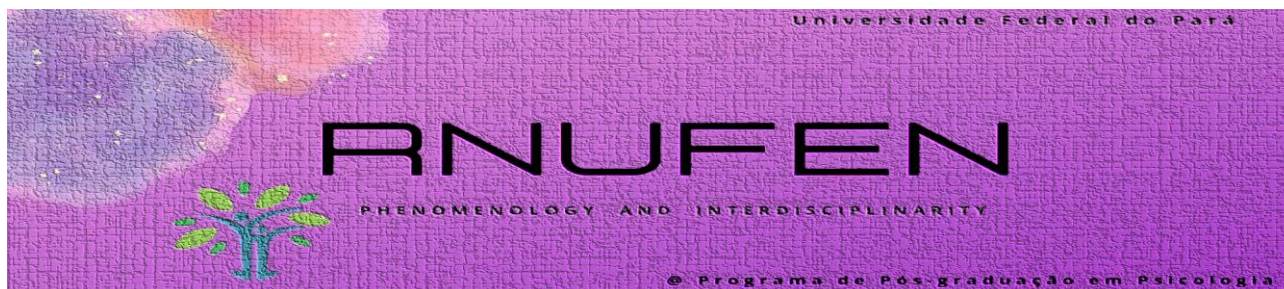
Enquanto a morte é ocultada da vista e imaginário infantil, aos adultos se lhes outorga a difícil missão de ocultar qualquer resquício de dor e luto pela perda. Proíbe-se indiretamente que o enlutado chore em qualquer ambiente público, seja entre os amigos, no trabalho, etc. A sociedade geralmente associa estas manifestações de dor da pessoa enlutada com fraqueza, debilidade ou até mesmo com algum transtorno psicológico. Logo, o comportamento ou atitude esperada pela sociedade por parte dos enlutados é a não demonstração em público de seu luto. Caso consigam, são consideradas pessoas “fortes” e “modelo de superação”. Caso não consigam, correm o risco de serem consideradas “inconvenientes” “mórbidas” e “depressivas”. Sendo assim, o luto passou a ser “pornográfico”, ou seja, deve ser vivido em secreto, pois se for exposto ao público gera vergonha e incômodo. Como afirma Gorer: “Chora-se, apenas, em particular, como nos despimos e descansamos apenas em particular, como se fosse uma analogia de masturbação” (GORER citado por ARIÈS, 2017, p. 239). Qualquer manifestação prolongada de pesar pela perda de alguém não gera mais pena ou empatia, mas provoca repugnância.

Esta repulsa e negação de todas as atitudes de pesar e dor após a perda de um ente querido geram o fenômeno do *luto não reconhecido*. Segundo Maria Helena Franco (2021), este tipo de luto “[...] é aquele que não pode ser expresso e vivenciado abertamente, por censura da sociedade ou do próprio enlutado, quando o vínculo rompido não é validado ou quando o enlutado não é entendido como tal” (p. 87). Para a autora em questão, este não reconhecimento do luto é fruto da quebra da empatia na sociedade atual, consequência de um momento histórico onde as relações são muito rápidas e superficiais. Envolto em um mundo cada vez mais tecnológico e veloz, o ser humano atual simplesmente não tem tempo de se vincular profundamente a algo ou a alguém. Logo, qualquer relação que tenha traços de uma vinculação séria e dedicada é vista com estranhamento pela sociedade atual. E a dor e o luto que o rompimento desta relação profunda gera por conta da morte, também são vistos com mais repugnância ainda (FRANCO, 2021).

Por isso, o fenômeno da “morte invertida” também inverte as relações. Em uma sociedade de poucos vínculos e com relações superficiais, não se reconhece o direito de sentir dor e pesar daqueles que vivenciam o rompimento de uma relação profunda e íntima. Sendo assim, Franco (2021) ressalta que a gravidade do “luto não reconhecido” não está somente no fato – já apontado por Gorer e Ariès – de que a sociedade exclui o enlutado de qualquer tipo de suporte; mas seu perigo reside principalmente no fato de que o enlutado acaba acreditando que ele mesmo não é digno de experimentar a dor da perda. O que gera um contínuo processo de desumanização nos enlutados, muito semelhante a aquele vivenciado pelos moribundos no ambiente hospitalar.

Considerações Finais: a necessidade de uma maior compreensão da morte na atualidade

A negação das realidades da morte e da finitude humana gera não somente um processo de desumanização da pessoa, como também pode acarretar em problemas psicológicos e sociais. Esse processo de negação da morte e sua interdição em nosso contexto atual viram-se mais afetados nessas primeiras décadas do século XXI por um elemento novo: a pandemia da



COVID-19. Nesse sentido, se durante o século XX a morte foi ocultada ao ser humano. Atualmente a pandemia da COVID-19 fez com que essa realidade fosse escancarada de forma desafortada: seja pelas constantes notícias de números de mortos publicados diariamente nos telejornais, seja pela experiência dolorosa da perda de familiares, amigos e conhecidos para a doença.

Esse escancaramento da morte por meio das experiências de perda proporcionadas pela COVID-19, longe de provocar uma maior aceitação da finitude humana, mostrou, na verdade, o quanto a sociedade atual adoece por não saber lidar com a morte e seus medos característicos. A negação da morte e sua interdição, longe de ter fortalecido o ser humano diante de situações de dificuldade, limite, perda e dor, tornou-o mais frágil e vulnerável diante dessas realidades. Isso se deve pelo fato de que a morte cotidianamente escondida, com todos os seus sentidos ligados à finitude, invade-nos novamente no nosso dia a dia e faz com que tenhamos que enfrentar novamente nossa finitude, a angústia da impotência, do imprevisto.

Mas longe de lançarem o ser humano em um constante estado de pessimismo e morbidez, as realidades da morte e da finitude se mostram, na verdade, como uma oportunidade de despertar uma maior compreensão a respeito da própria existência humana e seus sentidos. Tal como foi revelado neste ensaio, a aparente confusão e incompreensibilidade que a morte gera no ser humano também direciona todas as suas forças para a tentativa de compreender esta realidade e perceber nela um sentido.

Desse modo, por mais que a realidade da morte gere no ser humano medo e horror, a mesma também o direciona para uma maior compreensão de si mesmo. Ela se mostra como importante janela de leitura que permite à pessoa compreender aspectos de sua existência que só podem ser vivenciados diante da situação do morrer humano (seja a morte do outro ou a própria).

Referencias

- Aries, Phillippe (2017). *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos tempos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- _____ (2014). *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp.
- Becker, Ernest (2013). *A negação da morte*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- Eliaas, Norbert (2001). *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Franco, Maria Helena (2021). *O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno*. São Paulo: Summus editorial.
- Jaspers, Karl (2003). *Introdução ao pensamento filosófico*. Editora Cultrix: São Paulo.
- Kastenbaun, Robert; AISENBERG, Ruth (1983). *Psicologia da morte*. São Paulo: Novos Ubrais.
- Kovacs, Maria (2021). *Educação para a morte: quebrando paradigmas*. Novo Hamburgo: Editora Sinopsys.
- _____ (1992). Medo da morte. In: KOVÁCS, Maria (org.). *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kubler-Ross, Elisabeth (1981). *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes.
- Heidegger, Martin (2017). *Seminários de Zollikon: protocolos, diálogos e cartas*. 3ª ed. São Paulo: Escuta.
- Hennezel, Marie de (2009). *Diálogo com a morte*. Casa das Letras: Alfragide.
- Morin, Edgar (1970). *O homem e a morte*. 2. ed. Lisboa: Europa-America.
- Ziegler, Jean (1977). *Os vivos e a morte*. Rio de Janeiro: Zahar editores.